

Senadores gaúchos prevêm Congresso reformista

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — Os três Senadores pelo Rio Grande do Sul — Tarso Dutra (Arena), reeleito pela via indireta; Paulo Brossard (MDB), eleito em 1974; e Pedro Simon (MDB), eleito em novembro passado — declararam-se esperançosos quanto à atuação do Congresso Nacional, na legislatura que se instalará no próximo dia 31. Presidente da Arena gaúcha, Tarso Dutra prevê que o novo Congresso terá “espírito e ação reformistas”; Brossard deseja que ele “seja menos obediente ao Executivo”; e Simon, que preside o Diretório Regional do MDB, se diz “otimista porque deputados e senadores da Arena foram eleitos falando uma linguagem nova, de comprometimento com a democracia”.

Quanto ao que considerem como caminho para uma solução político-institucional, dois deles — Tarso e Brossard — apontam a adoção do parlamentarismo. Simon, porém, acha que esse sistema, para ser adotado, precisaria do referendo popular.

DEMOCRACIA

A pergunta sobre se acredita na promessa do Presidente eleito, General João Baptista de Figueiredo, de que há de “fazer deste País uma democracia”, as respostas foram as seguintes:



Tarso Dutra

Tarso — “Fundado em que eu haveria de duvidar? O Presidente eleito chega à chefia da Nação com o compromisso que espontaneamente assumiu. E só não o cumprirá se encontrar, em seu caminho, obstáculos intransponíveis.”

Brossard — “Acreditar eu acredito em Deus. Entendo que não se trata de acreditar na promessa da frase geral, mas de lembrar que a democracia não é obra de um homem, nem coisa que um homem possa fazer. Mas ela serve para revelar que o General Figueiredo também sabe que democracia não existe, pois se existisse não precisaria jurar que haveria de fazer deste País uma democracia. Espero, contudo, que o General Figueiredo não venha a proceder como seus antecessores, que sempre têm as mais formosas declarações e os mais solenes juramentos, se tornaram perjuros, porque quebraram esses juramentos e contradisseram essas declarações.”

Simon — “Entendemos que o crédito da chamada Revolução está esgotado, pois as essas promessas não corresponderam ao cumprimento, conse-

qüente. A Nação quer os gestos capazes de normalizar sua vida institucional. Isoladamente, nenhum homem, por legítima e abrangente que seja a sua liderança, e nenhum partido, qualquer que seja o seu posicionamento programático, terá forças para declarar em primeira pessoa que fará deste País uma democracia. De qualquer forma, a simples enunciação pública da frase em questão formalizou um compromisso de honra, cujo cumprimento a Nação seguirá atentamente, para participar da reformulação democrática ou repudiar qualquer imposição política que, sob o rótulo de ‘democracia’ seja um novo ‘pacote de abril’, com o futuro Presidente seguindo seus antecessores e se acreditando o dono de todas as verdades, à revelia da Nação.”

PARLAMENTARISMO

Quanto a se o parlamentarismo poderia ser uma solução para o Brasil, as respostas dos Senadores gaúchos foram estas:

Tarso — “Continuo a pensar na solução parlamentarista. Nenhum regime será melhor para aperfeiçoar gradativamente a democracia e homem político.” os partidos e o sem consultar o nosso povo, na diversidade dos seus setores sociais. A excelência do parlamentarismo não está em causa, no momento. Há muito o que fazer antes de atingirmos este ponto do debate nacional reclamado. Há brasileiros dentro e fora do País, aos quais se continua negando o direito de participar da decisão dos nossos destinos. Quando for alcançado um clima de liberdade real, sem o maniqueísmo atualmente dominante, os brasileiros divididos entre bons porque aceitam o regime opressor, e maus porque a ele se opõem, será o momento de decidirmos fraternalmente por um sistema de governo democrático. Até lá, todos os nossos esforços devem visar a um único objetivo: a redemocratização.”

SENADOR INDIRETO

Também se indagou dos três se os Senadores eleitos por via indireta devem cumprir os oito anos de mandato



Paulo Brossard

Tarso — “Sim, os que quiserem fazê-lo.”

Brossard — “Os biônicos não têm mandato. A nomeação deles veio do Planalto. Devem ser eliminados.”

Simon — “A via eleitoral indireta é tão democrática

quanto a direta, mas não houve eleições indiretas para o Senado. Quantos ‘elegeram’, pelo Brasil afora, esses ‘senadores indiretos’ sem ter representação popular para tanto. Os deputados estaduais e vereadores, em 74 e 76, quando foram ao povo pedir seus votos, não falaram que entre outros propósitos, tinham de eleger governadores, vices e senadores. Até porque estavam assentadas eleições diretas para os Governos estaduais e para a totalidade das vagas que seriam abertas no Senado em 78. Esperamos não mais ver a Nação brasileira submetida ao constrangimento de senadores que não passaram pela prova das urnas.

GOVERNADORES

Perguntou-se, em seguida, aos Senadores se as eleições para os Governos estaduais, em 1982, serão diretas. Suas respostas:

Tarso — “Não posso falar em termos de solução que não me cabe adotar. Nem a desejo pelo simples motivo de minhas antigas inclinações parlamentaristas. Mas o Presidente Figueiredo já anunciou as eleições diretas e certamente elas já estarão presentes em 1982.”

Brossard — “Os abusos que, em matéria de Governos estaduais, vêm sendo cometidos, a entrega de Estados a pessoas em pleito direto não seriam sequer cogitadas como eventuais candidatos, o casuismo periodicamente renovado, e que culminou com o nefando ‘pacote de abril’, fizeram com que se tornasse voz geral a restauração da eleição direta para provimento dos Governos dos Estados. Tudo indica que elas deverão vigorar já em 1982.”

Simon — “E o que a Nação espera, desde o momento em que não apenas a Oposição se comprometeu com a redemocratização. Amplos setores da Arena, na recente campanha eleitoral, comprometeram-se com a normalização institucional, afirmando que lutariam por eleições diretas em todos os níveis. O próprio General Figueiredo fez a sua frase, afirmando egoisticamente que devolverá a Nação à normalidade democrática. Com tantos compromissos, é lícito crer na devolução ao povo do direito de escolher diretamente seus governantes. O que intranquiliza a Nação e a deixa de pé atrás é verificar que, neste quadro de compromissos claros com a normalização democrática, na quem esteja buscando turvar as águas limpas da consciência cívica do País, para impor os caminhos escusos do voto distrital e do levantamento da obrigatoriedade do voto, si-

nais evidentes de que a anti-Nação continua viva e atuante.”

CONGRESSO

Os Senadores pelo Rio Grande do Sul também traçaram as perspectivas que cada um vislumbra para a ação parlamentar durante a próxima Legislatura.

Tarso — “É difícil prever, em termos de soluções particularizadas. Em termos globais, o Congresso futuro deverá caracterizar-se pelo seu espírito e sua ação reformistas.”

Brossard — “Que seja diferente do que se findou; que seja menos obediente ao Executivo e tenha maior consciência dos altos deveres que deve ter para com a Nação.”

Simon — “Nossa expectativa é das mais otimistas. Pelo que nos foi dado ver no Rio Grande do Sul, e pelas informações que temos sobre os demais Estados brasileiros, deputados e senadores da Arena foram eleitos falando uma linguagem nova, de comprometimento com a democracia, assumindo compromissos com o povo que a Oposição, tranquilamente, poderia assinar junto. Então, esse será realmente um novo Congresso, onde a Oposição acentuará o sentido de luta de suas reivindicações e a Arena não poderá fugir a quanto afirmou na campanha eleitoral. Só se espera que aos arenistas eleitos por esse comprometimento com a normalidade democrática não façam o que fizeram quando da edição do ‘pacote de abril’. Na ocasião, rasgaram seu programa e ficaram com o ‘pacote’. Ninguém se iluda: o povo brasileiro, a partir da violência do ‘pacote de abril’, verificou que não adiantava esperar por democracia, mas que era de seu dever reconquistá-la. Os trabalhadores, a classe média, os profissionais liberais, as donas-de-casa, os estudantes, os empresários, toda a Nação, enfim, está mobilizada.”

PARTIDOS

Outra questão apresentada aos Senadores: Arena e MDB devem continuar? Até quando?

Tarso — “Até quando quiseram extinguir-se ou redefinir seus rumos. De parte do Governo, a contribuição para a reforma partidária está na lei que propôs ou editou. Tudo mais, nesse campo de reformas, dependerá dos próprios partidos.”

Brossard — “O MDB recém-começa a ser partido, ganhando organicidade que não tinha, e seria insensato falar-se em extingui-lo. Quanto à Arena, sendo ‘o maior partido do Ocidente’, segundo o juízo lapidário de seu presidente, o Dr. Francelino, penso que seja imortal. Como brasileiro, não gostaria de ver o meu País deixar de possuir ‘o maior partido do Ocidente’.”

Simon — “Sou pelo pluripartidarismo, que está no programa do meu Partido. Não se pode, contudo, como muitos tentam agora, atribuir ao bipartidarismo a situação nacional, porque esta foi gerada nos equívocos e nas omissões do Governo autoritário e, também, nos atos de Poder que impediram a livre ação bipartidária. É fato comprovado que o bipartidarismo que temos é apenas formal e não funciona completamente. Somos uma oposição que está impedida de chegar ao governo, como é da essência dos regimes bipartidários ou pluripartidários, em qualquer democracia do mundo. A Arena é a situação, Partido que se diz do Governo, mas toda a gente sabe que a Arena nunca foi governo, nunca foi ouvida, todos estes anos, sequer para orientar as decisões menores. O que correspondeu aos arenistas foi sempre o ônus de sustentar o arbítrio e votar sem discutir quantas medidas o Governo entendesse necessárias. Apenas em um regime de plena liberdade é possível pensar na aglutinação ideológica que reúne os cidadãos em torno de linhas determinadas de pensamento, segundo doutrinas que condicionam programas, no estabelecimento de pactos certos. Nas condições atuais, não é possível fazer futurologia em cima da existência da Arena e do MDB.”

URUGUAIOS

Também se perguntou a opinião dos Senadores acerca do desaparecimento do casal de uruguaios que morava em Porto Alegre e foi encontrado preso em Montevideo.

Tarso — “Não conheço o assunto. Quando o fato teria ocorrido, eu estava desaparecido de Porto Alegre, podendo ser encontrado num hospital do Texas...”

Brossard — “Trata-se de um fato que desabona o nosso País. Já deveria estar cabalmente esclarecido e nenhum esclarecimento foi dado. Ninguém acredita que esse esclarecimento venha a ser prestado, pois parece ser insustentável a situação das autoridades brasileiras. Como rezes con-

trabandeadas, essas pessoas, que se encontravam em nosso País, sob o império de suas leis, foram seqüestradas e remetidas para outro país. Trata-se de um crime contra o Brasil e contra a humanidade.”

Simon — “Indiscutivelmente, a ser confirmado o seqüestro, a soberania brasileira terá sido profundamente atingida, diante das vistas grossas do Governo. Lembramos que em outras oportunidades, quando estadistas de outros povos manifestaram suas preocupações com os direitos humanos desrespeitados no Brasil, não faltaram vozes para responder enfaticamente que o assunto era de ordem interna, não aceitando o Brasil opiniões de fora, por entendê-las como atentados à nossa soberania. E agora, onde andam essas vozes, antes tão ciosas da soberania nacional? O silêncio delas é a própria condenação do fato, que extrapola dos limites nacionais, para constituir-se num atentado aos direitos humanos, universalmente reconhecidos. As provas de conhecimento público supõem o seqüestro. O silêncio das autoridades, que preguiçosamente dizem estar esclarecendo os fatos, só tem servido para reforçar essa conclusão. E, se, afinal, a conclusão provada for essa, o Governo estará em cheque diante dos brasileiros.”

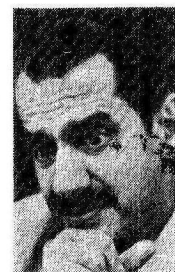
CRISE ECONÔMICA

Finalmente, indagou-se qual seria — sob o ponto de vista de cada um dos Senadores gaúchos — o meio de dar solução à crise econômica do País.

Tarso — “O assunto é complexo e deve ser muito estudado, especialmente de ora em diante. Como o Brasil, outros países deverão enfrentar a elevação do preço do petróleo e o aumento dos juros nos financiamentos internacionais. A solução clássica de qualquer país para conjurar sua crise econômica estará em apertar o cinto e produzir mais.”

Brossard — “A questão é larga demais para ser respondida no fecho da entrevista. Direi que a crise hoje existente resulta de uma política que foi adotada pelo Governo sem consultar a Nação, pelo Governo que não foi eleito pelo

povo, pelo Governo e só por ele. A política econômica é cria do sistema autoritário implantado e que afastou, progressivamente, o povo das grandes decisões nacionais. É óbvio que somente uma nova política que removesse as causas que geraram a crise hoje existente é que poderia contribuir para debelá-la. A grande indústria de hoje é a do juro. A agiotagem foi oficializada. Esta a grande obra do atual Governo: a agiotagem. No Brasil, existe o dia da árvore, o dia da telefonista, o dia da Bandeira, o dia do Trabalho, o dia do funcionário e assim por diante. Está faltando o dia da agiotagem, para comemorar o grande feito do Governo Geisel.”



Pedro Simon

Simon — “Ninguém pode dar resposta sem antes consultar a Nação. Existem, certamente, respeitáveis opiniões, mas todas elas devem ser submetidas ao consenso nacional. Nenhum homem, partido ou organização pode estabelecer o bem comum reclamado por todos. Temos idéias básicas, a partir da valorização do homem brasileiro, através de mecanismos como a reforma agrária, a reforma da lei de remessas de lucros, a liberdade salarial para valorizar o mercado interno, exportando-se apenas o que for sobre das necessidades dos brasileiros; a reforma urbana, a implantação do transporte intermodal, a defesa da ecologia ao lado do apoio que merecem os empresários brasileiros que se dedicarem à produção de bens essenciais; o restabelecimento do direito de greve; criação de uma tecnologia nacional; a defesa da agricultura e da pecuária nacionais, bem como dos cinturões verdes em torno das cidades, para possibilitar condições alimentares a todos os brasileiros; criação de uma política de amparo às crianças abandonadas e carentes. Poderíamos continuar enumerando idéias, mas sempre afirmando que são pontos a serem discutidos. A Nação precisa conversar sobre a sua forma preferencial de vida.”